

Serviço social na área do trabalho e reestruturação produtiva: a particularidade de Belém-Pará

Vera Lúcia Batista Gomes¹
Francilene Soares de Medeiros Costa²

***Resumo:** Este artigo objetiva analisar as mudanças nas formas de gestão do trabalho em empresas privadas e organizações públicas, provocadas pelo processo de reestruturação produtiva que impõem alterações nas políticas sociais voltadas para a reprodução social dos trabalhadores e para obtenção de metas de produção e resultados do trabalho. Destaca-se que essas mudanças têm repercussões sobre as respostas dadas pelos assistentes sociais às novas demandas apresentadas nesses espaços sócio-ocupacionais. Tais respostas, em geral polivalentes, conduzem à uma prática baseada em informações técnicas que tendem a se distanciar da formação profissional generalista do assistente social.*

***Palavras-chave:** Serviço Social; trabalho; reestruturação produtiva; políticas sociais.*

¹ Doutora em Sociologia do Trabalho pela *Université de Picardie “Jules Verne-Amiens/France*. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-UFPA e do Projeto de pesquisa “Serviço Social do Trabalho no Município de Belém/PA: Tendências e perspectivas” e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas “Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia”, inscrito no Diretório do CNPQ. E-mail: Endereço: Rua Augusto Corrêa, nº 01 – Campus Profissional, Bairro do Guamá: Belém/Pará, CEP: 66 075 – 110. veralucia@ufpa.br e veragomesbelem@hotmail.com.

² Assistente Social, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Docente da Faculdade de Serviço da Universidade Federal do Pará - UFPA; Pesquisadora colaboradora do Grupo de Estudos e Pesquisas “Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia” e do Projeto acima referido. E-mail: francilene@ufpa.br

Considerações iniciais

Este artigo é baseado em resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Tendências e Perspectivas do Serviço Social do Trabalho no Município de Belém-Pará” que objetiva analisar os determinantes econômicos, políticos e sociais da atuação profissional do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais na área do trabalho, no intuito de identificar as tendências e perspectivas do Serviço Social, no Município de Belém/Pará/Brasil. Entende-se que este projeto ganha importância, ao considerar o significado social da profissão nos processos de produção e reprodução das relações sociais, no que tange à sua função na reprodução da força de trabalho, no controle social e nas lutas e contradições sociais.

Assim, parte-se do entendimento que o Serviço Social na área do Trabalho não se restringe ao âmbito empresarial, mas se estende a todos os espaços sócio-ocupacionais cujo objeto de trabalho seja as contradições que afetam o desempenho dos trabalhadores (RICO, 1982). Nesse sentido, este artigo se propõe analisar as políticas sociais voltadas para a gestão do trabalho, considerando que o Serviço Social nessa área possuía uma tradição no gerenciamento de benefícios sociais voltados para reprodução social dos trabalhadores e seus familiares. Contudo, a partir dos anos 1990, devido à crise do capitalismo contemporâneo, novas demandas surgiram para o serviço social, exigindo novas habilidades, competências e respostas do assistente social nessa área, visto que as empresas privadas e organizações, em geral, passaram a adotar novas formas de gestão do trabalho, com inflexões na organização e nos processos de trabalho.

Nesta perspectiva, este trabalho encontra-se estruturado em três partes, a saber: na primeira procurou-se compreender a trajetória do Serviço Social na área do Trabalho, para então, situá-lo no contexto de reestruturação produtiva, particularmente, no município de Belém/Pará; a segunda trata das mudanças nas formas de gestão do trabalho em empresas privadas e em

organizações públicas, as quais impuseram mudanças nas políticas sociais voltadas para a reprodução social dos trabalhadores tendo em vista a obtenção de metas de produção e/ou de resultados do trabalho; na terceira tenta-se evidenciar as respostas dadas pelo assistente social, às novas demandas de políticas sociais na área do trabalho, destacando a particularidade do referido município. Ao final, foram efetuadas considerações sobre as exigências postas esses espaços sócio-ocupacionais e organizações ao serviço social, as quais tendem a distanciarem-se de uma formação profissional generalista do assistente social, limitando-se às informações técnicas baseadas em certos conteúdos político-ideológicos, sob o domínio do capital ou do poder governamental ao qual está a serviço, sendo “muitas vezes a-crítica amparadas em matrizes teóricas de outras áreas do conhecimento” (AMARAL e CESAR, 2009, p.424).

Constatou-se que esta situação se torna mais difícil pelo fato de que o “exercício profissional do Serviço Social “se realiza mediatizado por instituições públicas e privadas, tensionadas pelas contradições que atravessam as classes sociais na sociedade do capital e pela condição de trabalhador assalariado, cuja atividade é submetida a normas próprias que regulam as relações de trabalho” (RAICHELIS, 2011, p.427). Isto é, o “cotidiano do trabalho do assistente social, em suas múltiplas dimensões, agrega um complexo de novas determinações e mediações que põem em relevo as contradições entre a direção social que pretende imprimir ao seu trabalho e as exigências impostas pelos empregadores aos trabalhadores assalariados” (IAMAMOTO apud RAICHELIS, 2011, p.427).

Com efeito, reduz-se do assistente social se contrapor e propor outras políticas sociais e, assim, se apropriar do espaço contraditório que é a particularidade do serviço social na área do trabalho, extrapolando o âmbito da capacidade de intervir na administração das necessidades humanas que interferem no desempenho profissional dos trabalhadores.

1. A trajetória do serviço social na área do trabalho

O serviço social na área do trabalho teve início nas grandes empresas, embora não participando diretamente da produção do valor e mais-valia, tem contribuído para a criação das condições necessárias para a reprodução social do trabalhador, face às contradições sociais postas pela relação capital-trabalho. Dessa forma, neste espaço sócio-ocupacional, a profissão tem sido legitimada pelo reconhecimento e sua capacidade de intervir na administração das necessidades humanas, tendo em vista a “preservação da força de trabalho”, assim como, intervir nos comportamentos que interferem no processo de trabalho (CESAR, 1998). Assim, historicamente, a execução de programas assistenciais com base numa ação educativa é considerada como função técnica por excelência do assistente social nas empresas. Porém, a partir dos anos 1990, com a introdução dos processos de reestruturação produtiva no Brasil, as demandas sociais postas à profissão de Serviço Social têm sido alteradas radicalmente.

Como já referido, a empresa não se constitui o único espaço sócio-ocupacional do Serviço Social na área do Trabalho, apesar dessa especialidade ter surgido no final do século XIX, em decorrência do mal-estar vivido nas empresas, nas fábricas e nas demais organizações de trabalho, chegando a tal ponto que dificilmente se poderia impedir a irrupção das graves lutas entre patrão e operário. Acrescenta-se a isso, o fato de que ganhava terreno a prática do Serviço Social, sobretudo na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, a qual era voltada para os atendimentos nos hospitais, às famílias desajustadas, às crianças abandonadas ou dependentes. Surge assim, o Serviço Social do Trabalho ou Serviço Social da Indústria como, em geral, era conhecido (FONTOURA, 1949).

O primeiro país a organizar o Serviço Social da Indústria foi a Inglaterra, o que pode ser explicado pelo fato de ter sido o país mais industrializado do mundo, no século XIX. Com efeito, no final desse século e no início do século XX, em várias fábricas

inglesas foram formadas as “*ladies surintendantes*”, senhoras ou senhoritas que trabalhavam nessas fábricas, objetivando contribuir para diminuir os desentendimentos entre patrões e operários, assim como, proporcionar melhorias de condição de vida a estes últimos (IDEM, 1949).

A concepção do Serviço Social do Trabalho, naquele momento tinha como base a idéia de que a “usina ou empresa é um centro social por excelência, onde se deve conciliar os interesses econômicos, o progresso técnico e a dignidade individual do homem” (IDEM, 1949, p.446). Esta afirmação expressa para este autor, o que há de mais essencial no conceito de Serviço Social do Trabalho, na medida em que uma eficiente organização tem de atender ao tríplice aspecto dos “interesses monetários em jogo”, das “exigências técnicas da empresa” e da “dignidade humana do trabalhador”. Assim, ao abordar a concepção de Serviço Social do Trabalho, não se pode perder de vista que, dentre os três fatores de produção – natureza, capital e trabalho – o mais importante é o *trabalho*, não somente porque ele representa o fator humano, mas também porque ele é o resultado do trabalho acumulado.

Na América Latina, o país que possuiu um Serviço Social da Indústria bem mais organizado, foi o Chile. Teve seu início em 1929, na Companhia das Minas de Carvão. Contudo, em 1944 nada menos que 60 (sessenta) grandes indústrias o mantinham com pleno êxito, a exemplo podem ser destacadas: Companhia de Gás, Fábrica *Caupolicán*, Refinaria de Açúcar, Fábricas de Tecidos. A prática profissional do Assistente Social nessas empresas possuía uma grande tarefa educativa, orientando as jovens mães (conselhos de higiene, dietética, economia doméstica), organizando: creches, recreação operária, colônia de férias, clube de mães, vilas operárias, etc.

No Brasil, o Serviço Social do Trabalho é relativamente recente, ao comparar com a Inglaterra, pois data no máximo dos anos 1910-1920, período em que esta especialidade do Serviço Social já era praticado nas indústrias, mas quase nada na área do Serviço Social do Comércio. Assim, foi no Estado de São Paulo

que se iniciaram os primeiros passos do Serviço Social do Trabalho, por ser o Estado mais industrializado da União. A partir de 1930, sob o impacto do processo de industrialização no país, desenvolveu-se intensamente, o interesse pelo atendimento a classe trabalhadora.

Assim, foram criadas: a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT em 1943 e o aparecimento de órgãos como o I.A.P.I; I.A.P.T.E.C; o Serviço Social da Indústria – SESI e Serviço Social do Comércio – SESC. Contudo, os profissionais que trabalhavam nessas entidades começaram a ter contatos com outro tipo de problemática vinculado ao crescimento industrial expresso através do surgimento de empresas concentradas nos chamados “pólos de desenvolvimento”. No estado do Pará, em particular no município de Belém-Pará, o surgimento do Serviço Social na área do trabalho está relacionado à expansão das políticas sociais patronais aos trabalhadores/familiares da indústria e do comércio (SESI/SESC), sobretudo nas empresas de grande porte, ou seja, aquelas que possuíam acima de 500 (quinhentos) empregados.

Na década de 1960 e 1970, as empresas de origem americana começaram a fazer uso do serviço de profissionais na área de ciências humanas, em particular, os de serviço social, quando se acelerou o processo de industrialização no Brasil, com a entrada do capital estrangeiro. Com efeito, a “partir dos anos 1990, o investimento em programas referentes à reprodução material e social da força de trabalho nas empresas ampliou-se significativamente, repercutindo no mercado de trabalho do assistente social, que atingiu sua maior expansão em 1989-1990” (FREIRE, 2003, p.55).

Dessa forma, o surgimento do Serviço Social na área do Trabalho, no Brasil, se deu concomitante à consolidação do processo de industrialização, no final do “Estado Novo”, com a implantação das primeiras grandes indústrias estatais. Este fato é resultante da estratégia política e econômica do governo Vargas devido negociações com os Estados Unidos, aproveitando-se do enorme interesse desse país em estabelecer bases militares no

Nordeste do Brasil (MONTEIRO apud FREIRE, 2003). Esta autora, citando Mota (1985) refere que há um nexos entre o surgimento dessas instituições e a criação do Serviço Social nas empresas, pois, são os movimentos operários da década de 1960, expressão política da classe trabalhadora em função dos avanços do processo de industrialização que criam condições para a implantação do Serviço Social nas empresas que passou, então, a constituir-se um campo de trabalho diferenciado da profissão.

Sendo assim, o Serviço Social na área do Trabalho, acima de tudo, vem confirmar que a expansão do capital cria novas necessidades sociais, conduzindo à implantação de políticas sociais, dada a importância atribuída à preservação da qualidade da força de trabalho dos empregados, passível de ser afetada tanto pelas carências vivenciadas pelo trabalhador quanto pelo surgimento de comportamentos divergentes que interferem no processo organizativo da produção (MOTA, 1982). É neste sentido que se compreende o espaço sócio-ocupacional do assistente social na área do trabalho não restrito apenas à empresa, mas se estendendo às organizações sociais, tais como: hospitais, estabelecimentos escolares, assim como a organizações sócio-produtivas (associações de produção e cooperativas) e organizações políticas (sindicatos de trabalhadores), órgãos públicos que operacionalizam as políticas de saúde e segurança do trabalhador.

No município de Belém/Pará, foram identificados, aproximadamente 44 (quarenta e quatro) espaços sócio-ocupacionais nessa área, dentre os quais se destacam empresas privadas e organizações públicas, tais como: estabelecimentos hospitalares e escolares, secretarias municipais e estaduais de saúde, trabalho e renda, além de organizações sócio-produtivas (cooperativas) que possuem o profissional de Serviço Social em seu quadro funcional, atuando diretamente sobre as questões afetas à gestão do trabalho e/ou às políticas públicas pertinentes.

2. Serviço social na área do trabalho e políticas sociais no contexto de reestruturação produtiva

O processo de “reestruturação produtiva do capital, desencadeado como resposta à crise capitalista internacional dos anos 1970 e 1980” (MANDEL apud AMARAL e CESAR, 2009, p. 416), é um movimento que visa à recriação das bases de valorização e dominação ideológica do capital. Supõe o desenvolvimento de estratégias das bases que reordenam as forças produtivas e atualizam as práticas organizativas das classes (IDEM, p.416).

No contexto brasileiro, esse processo de reestruturação produtiva começa a ser introduzido nas empresas e organizações, em geral, de maneira mais expressiva somente na década de 1990, em decorrência das transformações tecnológicas vivenciadas primariamente nos anos 1980. A recessão econômica sofrida pelo país no período de 1990/92, a abertura comercial, a busca do setor privado pela maximização da produtividade, o desenvolvimento do plano de estabilização econômica, além das inúmeras privatizações constituíram-se em enormes impactos sobre a ocupação, a desocupação e a renda dos trabalhadores.

Com seus efeitos regressivos, o processo de reestruturação produtiva foi acompanhado, no Brasil, por baixas taxas de crescimento econômico, associadas a um aumento das ocupações em atividades não estruturadas, figurando no cenário nacional a flexibilização dos direitos sociais, a precarização das relações de trabalho, as subcontratações e os demais elementos típicos desta nova forma de organizar a produção (ANTUNES, 2000). A expansão do setor de serviços e do comércio, em decorrência, principalmente, da redução do número de trabalhadores na indústria, além do aumento do trabalho informal são, também, traços característicos dessa nova forma de estruturação da economia tanto no contexto nacional como internacional.

Assim, a partir dos anos 1980, “o cenário empresarial mostra uma grande dinamicidade, influenciado pela emergência

de inovações reveladas pela reengenharia e expressas na crescente informatização do processo de trabalho, modernização das plantas fabris, implantando programas de qualidade total, programas participativos” (AMARAL e CESAR, 2009, p.412), o quê conduziu à introduzindo novas tecnologias de gestão do processo produtivo e da força de trabalho, baseadas em novas tecnologias de informação, com implicações na mudança das suas bases produtivas e repercussões nas relações de trabalho

Nos anos 1990, essas empresas introduziram a tecnologia da informação, a micro-eletrônica e a robótica. Em termos da organização do trabalho novas formas de gestão, como a Qualidade Total e a terceirização foram adotadas. Para obtenção de maior lucro, as relações de trabalho foram flexibilizadas (trabalho em equipe, polivalência e horário flexível) e novos princípios éticos pautaram essas relações conduzindo os trabalhadores ao envolvimento com o negócio da empresa e o compromisso com as suas metas de produção. Essas novas formas de gestão têm repercutido diretamente na vida profissional/pessoal/familiar dos trabalhadores colocando novas requisições e exigindo novas competências e habilidades para os diversos profissionais que atuam nesses espaços sócio-ocupacionais, dentre os quais o assistente social.

Assim, esse processo tem implicado em profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a partir dos anos 1990 que “afetam diretamente o conjunto da vida social, mediadas pela inserção subalterna do Brasil no sistema capitalista mundial e pelas particularidades de sua formação de econômica, política e social” (IDEM, p. 417). A reforma do Estado, moldando-se ao neoliberalismo, estabelece novas formas de enfrentamento às expressões da questão social, novas formas de relação entre o público e o privado, principalmente, em parceria com o terceiro setor. O Estado, por seu turno, busca alternativas à crise estabelecendo padrões neoliberais de privatização, descentralização, desregulação do mercado, redução dos gastos fiscais e dos direitos sociais.

Com efeito, o processo de reestruturação produtiva provocou importantes inflexões sobre o trabalho em geral, devido às fortes incidências sobre a divisão social e técnica do trabalho³, associada “às profundas mudanças na esfera do Estado, consubstanciadas na Reforma do Estado, exigidas pelas políticas de ajuste, tal como recomendadas pelo Consenso de Washington” (IAMAMOTO, 2004, p.34). Assim, esse quadro apresentou novos desafios às profissões e o Serviço Social enquanto profissão, também se ressentiu da necessidade de responder às demandas, novas e tradicionais que se configuraram em um contexto de grande dinâmica e complexidade.

Como se pode constatar, o determinante nesse processo de produção de mercadoria é a potencialização da dinâmica de acumulação de capital, o que exige mudanças na organização da produção e do processo de trabalho, nas estratégias de gestão da força de trabalho e nos sistemas gerenciais voltados para: a nova forma de consumo da força de trabalho (inovações tecnológicas) que passam a exigir dos trabalhadores a elevação da escolaridade e da requalificação dos trabalhadores para o desenvolvimento da polivalência e da multifuncionalidade; o controle da força de trabalho (mecanismo de adequação do comportamento produtivo aos novos métodos de produção), na busca da adesão dos trabalhadores às metas de qualidade e produtividade e dos programas participativos com base na Gestão pela Qualidade Total, à remuneração flexível e à ascensão funcional atrelada aos resultados de seu trabalho; a reprodução material da força de trabalho: as empresas e organizações passam a oferecer um leque de benefícios sociais (salários indiretos), como mecanismo de consenso em torno das metas de produção, sobretudo, pela “diminuição da intervenção estatal, com a retração das coberturas públicas e o corte de direitos sociais” (AMARAL e CESAR, 2009, p.412) e a reprodução espiritual da força de trabalho:

³ Em Netto (1996) o leitor encontrará uma análise prospectiva da profissão, à luz da conjuntura dos anos de 1990.

“moral de envolvimento” dos trabalhadores para a introdução do novo comportamento produtivo dos mesmos.

Com efeito, no Brasil, a partir dos anos 1990, o processo de reestruturação produtiva teve repercussão direta nas políticas de gestão da força de trabalho, expressas por: aumento dos investimentos na qualificação da força de trabalho; novas formas de gerenciamento participativo (envolvimento com as metas de produção); combinação do sistema de benefícios e serviços sociais com as políticas de incentivo à produtividade do trabalho e à adoção de práticas de avaliação e monitoramento do ambiente interno de trabalho.

Nesse contexto, constata-se assim que as políticas sociais voltadas para a reprodução da força adquirem uma nova racionalidade técnica e ideopolítica, apontando uma tendência à “modernização” do “tradicional”, isto é, conjugam “novas e velhas” demandas para essas políticas. Contudo, há que se destacar que mesmo as ditas “velhas” demandas postas para o Serviço Social na área do Trabalho que, em geral, eram voltadas para o desenvolvimento de um trabalho sócio-educativo junto às populações no entorno das empresas em função dos impactos sócio-econômicos gerados com a instalação das mesmas e de ações no seu interior por meio da formulação e/ou execução de políticas sociais (saúde, educação, lazer, etc.) objetivando o atendimento às necessidades básicas dos trabalhadores/família, relações de trabalho e segurança no trabalho, encaminhamentos e orientações sobre os respectivos benefícios. Dentre estes, destacam-se: tratamento à saúde, apoio psicossocial aos trabalhadores vítima de acidente de trabalho ou doença ocupacional, acompanhamentos de trabalhadores em processo de readaptação profissional, além do atendimento individualizado referente a conflitos familiares, dependência química, endividamento, habitacionais e previdenciárias, passaram a ter novas exigências.

Isto é, no contexto da reestruturação produtiva, o trabalho do assistente social para responder a essas demandas deve ser baseado em levantamento do nível de “satisfação no trabalho,

tendo em vista a instrumentalização das ações gerenciais para a melhoria da “qualidade de vida”, que abrange questões relativas às políticas de recursos humanos” (AMARAL e CESAR, 2009, p. 420). Além disso, o assistente social que prestava assessoramento aos sindicatos dos trabalhadores de vários ramos de atividades, no que tange às políticas sociais que eram objeto dos acordos coletivos, contribuindo dessa forma para a manutenção dos benefícios já conquistados e para a ampliação de outros, atualmente, passou a ser chamado para desenvolver outras ações, tais como: assessoria aos gerentes, gerenciar as políticas sociais com base em metas definidas e indicadores de impacto no desempenho dos trabalhadores tendo em vista o aumento da produção e da produtividade das empresas/organizações.

Assim, novas requisições para as políticas sociais voltadas para a gestão da força de trabalho passaram a ser mediadas por novas formas de controle da força de trabalho, exigindo a formulação de estratégias de atuação que se definiram também em função das condições de trabalho dos profissionais. Essas novas formas de controle da força de trabalho estão diretamente relacionadas às novas formas de organização da produção capitalista, em conformidade com as exigências do mercado mundial e a desarticulação do padrão histórico de resposta às expressões da questão social, via contra-reforma do Estado brasileiro. Com efeito, as novas formas de gestão do processo produtivo e da força de trabalho vêm exigindo do assistente social uma reorientação na implantação dessas políticas sociais para o enfrentamento às contradições postas pela relação capital x trabalho, o que confirma a centralidade do trabalhador no processo produtivo.

Nesse contexto, constata-se a exigência de novas estratégias no trato com as expressões da questão social determinadas pela relação capital x trabalho, isto é, a implantação de políticas sociais que possam assegurar o alcance das metas de produtividade. Sendo assim, passam a ser desenvolvidas ações de orientação funcional e familiar visando à prevenção dos problemas funcionais, implantação de projetos de

responsabilidade social e desenvolvimento de equipe, assessoria às gerências; programas de qualidade de vida no trabalho, pois, dada a intensificação do ritmo de trabalho e a instabilidade no emprego, são recorrentes as problemáticas de *stress*.

A propósito, Frigotto (2004) refere que as novas relações de trabalho impõem um conjunto de situações desfavoráveis à classe trabalhadora, constantes da precariedade de empregos, fragmentação das relações de trabalho causadas, basicamente, pela instabilidade no emprego e, em consequência, na vida pessoal e familiar dos trabalhadores. A precariedade de emprego reflete nas condições de trabalho que têm se manifestado na violação dos direitos trabalhistas, na insegurança do posto e do ambiente de trabalho, no aumento do ritmo da produção e das exigências (pressão) que interferem na saúde, no modo de agir e de pensar dos mesmos, isto é, novos conhecimentos, novas habilidades profissionais, assim como, um novo perfil comportamental. Esse quadro conduz a redefinição no conteúdo do trabalho do assistente social, na tentativa de compatibilizar o seu exercício profissional com as normas, fluxos, rotinas e princípios éticos da empresa (meritocrático), o que se contrapõe ao ideário do código de ética do assistente social que prima pelo acesso universal dos direitos de cidadania.

Assim, as reflexões efetuadas neste artigo, conduzem a constatação de que, o cenário político e econômico desenhado na sociedade global a partir da década de 1990, orientado por um novo paradigma de gestão das bases produtivas, provocaram novas formas de gestão de relações de trabalho afetando grande parte da classe trabalhadora assalariada. Situada numa perspectiva acumulativa mais intensa, a reestruturação produtiva colocou novos desafios à classe trabalhadora em vista da necessidade de manter-se no emprego, pois a relação de subordinação ao capital aumentou.

Segundo Pochmann (2006), o desassalariamento constitui uma novidade no Brasil quando comparado à evolução ocupacional em todo o século XX, visto que a perda de participação do emprego assalariado no total da ocupação indica

uma mudança substancial na estrutura ocupacional do país. Para este autor, entre a abolição da escravidão no último quartel do século XIX e a década de 1980, a evolução do emprego assalariado foi positiva, salvo nos períodos especiais quando a conjuntura econômica era recessiva, como nos períodos de 1929-1932, 1980-1983 e 1990-1992, ou quando houve profunda modificação técnica na estrutura produtiva, como na revolução tecnológica nas indústrias têxteis durante os anos de 1950, isto é, sempre que havia expansão da produção, a geração de empregos formais era superior à criação de outras formas de ocupação.

Entretanto, os empregos assalariados sem registro continuaram aumentando ao longo da década de 1990, com ocupações de baixa produtividade e precárias condições de trabalho que têm marcado o contexto mais amplo da crise de emprego no Brasil, a partir das duas últimas décadas do século XX. A maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho não tem sido de assalariados, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, trabalho associativista (cooperativas) entre outras. Ressalta-se que as ocupações por conta própria podem ser muitas vezes identificadas como uma das formas de inserção ocupacional moderna, especialmente, no caso do trabalho autônomo para a grande empresa, pois surgem em condições de remuneração e de trabalho mais favoráveis (técnicos especializados e mão-de-obra com alta escolaridade, com grande experiência profissional). Entretanto, no Brasil, esse tipo de trabalho é caracterizado por condições de trabalho e de remuneração precárias.

Diante das inflexões do processo de reestruturação produtivas no mundo do trabalho cabe interrogar-se sobre as tendências e perspectivas, bem como as demandas sociais postas ao Serviço Social na área do trabalho, em particular, no município de Belém-Pará.

3. Serviço social na área do trabalho: as particularidades do município de Belém-Pará

O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo está organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas históricas do seu enfrentamento, considerando que o assistente social é o

profissional que atua nas expressões da questão social formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (BRASIL, 2002).

Partindo do entendimento de que as demandas e requisições que se apresentam, cotidianamente, aos profissionais de Serviço Social são resultados de uma dinâmica complexa de uma sociedade que se funda na contradição, as respostas profissionais meramente instrumentais não dão conta dessa complexidade. A propósito, Guerra (2002) refere-se que tais respostas não ultrapassam a aparência em busca de desvelar a essência dos fenômenos que se apresentam em sua singularidade, pois,

se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas), então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teóricos e princípios ético-políticos (IDEM, p.59).

Nessa perspectiva, o trabalho realizado pelos assistentes sociais na área do trabalho segue a esteira deste mesmo processo. A propósito, Yamamoto (2004) chama atenção para o desafio intelectual e teórico-crítico – e também político: o de desvendar a prática social como condição para conduzir e realizar a prática profissional, imprimindo-lhe uma direção consciente, tornando-se imprescindível, para isso, o entendimento do sentido ou da natureza política da prática profissional. Dessa forma,

a atuação do Serviço Social é visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritos na própria organização da sociedade e que se recriam na nossa prática profissional, os quais não podemos eliminar. Só nos resta estabelecer estratégias profissionais e políticas que fortaleçam alguns dos atores presentes nesse cenário. Assim sendo, a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de poder presentes na sociedade (IDEM, 2004, p. 122).

Ao considerar a natureza política da prática profissional do assistente social, torna-se imprescindível, atentar para “o movimento diferenciado do capital nas diversas regiões a partir do que se define como processos produtivos mais afinados com o modelo de valorização clássica de acumulação e com as formas de produção e reprodução pautadas em meios e modos de vida não necessariamente mercantilistas” (GOMES e NASCIMENTO, 2007, p. 159). Nesse sentido, a particularidade do Serviço Social na área do trabalho, no município de Belém tende a responder às situações que interferem na produtividade das empresas e organizações e nas necessidades de reprodução social do trabalhador e de sua família, para além do âmbito interno das mesmas, a exemplo, os programas de responsabilidade social e sócio-ambiental, qualidade de vida no trabalho, acompanhamento do código de ética voltado para a formação de uma nova cultura baseada na idéia de “colaboração”, de forma mais consensual objetivando atingir os objetivos do capital na contemporaneidade.

A pesquisa “Tendências e Perspectivas do Serviço Social do Trabalho no Município de Belém-Pará” que ainda encontra-se em processo de desenvolvimento, tem possibilitado reflexões importantes no que se refere às demandas, às tendências e às perspectivas do Serviço Social nessa área, cujos resultados parciais serão analisados a seguir. Para assegurar o anonimato quanto à identificação dos espaços sócio-ocupacionais, foi atribuído um código às empresas e organizações pesquisadas, como pode ser observado abaixo.

A1 - Instituição pública estadual responsável pela operacionalização da política de saúde do trabalhador: atualmente, conta em seu quadro funcional com 02 (duas) assistentes sociais, ambas concursadas pelo estado e possuem uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais. A atuação profissional do assistente social nessa instituição se dá por meio da operacionalização da política estadual de saúde do trabalhador, especificamente: no atendimento aos trabalhadores adoecidos pelo trabalho, na gestão da política e no controle social da mencionada política. Nessas três áreas de trabalho, é exigido do assistente social uma diversidade de competências e habilidades que possibilita o mesmo desenvolver ações que se estendem desde o planejamento à execução da política ao acolhimento e encaminhamento dos usuários a articulação com as instâncias e organismos da sociedade civil organizada que compõem a rede de controle social da referida política.

Uma característica marcante deste espaço sócio-ocupacional é trabalho em equipes interdisciplinares, o que propicia o diálogo entre as áreas do saber: Serviço Social, Medicina, Sociológico, Psicólogo etc, e a troca de experiências. Contudo, merece destaque o fato de que a atuação em equipe interdisciplinar nessa organização tem provocado a falsa idéia de que não há especificidade na atuação dos diversos profissionais. Esta situação torna-se mais explícita no depoimento dos pesquisados, tanto os que exercem cargo de gestão quanto aqueles que atuam em nível de execução, ao afirmarem que

“todos fazem tudo” e não há especificidade entre os profissionais. “Todos acolhem, todos planejam, todos participam das articulações, etc”. Esses relatos conduzem aos seguintes questionamentos: o quê é específico em cada profissão? o quê particulariza a intervenção profissional do assistente social? Estas interrogações ganham sentido, ao considerar que “o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho e, portanto, no todo das práticas sociais” (MOTA, 1987, p.19). Este entendimento conduz à se interrogar sobre a contribuição do Serviço Social na equipe interprofissional da referida instituição; o trabalho realizado pelo assistente social, que não compete a nenhum outro profissional fazer; o saber profissional que domina assistente social que singulariza a sua intervenção; os desafios postos no cotidiano de trabalho para assegurar a particularidade da atuação profissional do assistente social. As respostas a essas questões não foram possíveis de serem apresentadas no momento, até ao presente momento, visto que a pesquisa ainda está em curso, mas é possível deduzir pelos depoimentos dos pesquisados que nessa instituição, há uma tendência à polivalência, sem, contudo, prescindir da especificidade de cada profissão.

A2 - Hospital da rede pública estadual: neste hospital, foram entrevistadas 02 (duas) assistentes sociais que atuam na gestão da Saúde do Trabalhador. As demandas apresentadas ao Serviço Social por essa organização são ações referentes “a educação em saúde voltada para a qualidade de vida dentro e fora do trabalho”. Constatou-se que cada profissão possui um plano operacional padrão que respalda a execução e a avaliação das ações desenvolvidas pelos diversos profissionais, inclusive aquelas desenvolvidas pelo assistente social⁴.

⁴ Atualmente, a referida instituição possui uma equipe formada por 03 (três) médicos do trabalho e 02 (dois) médicos clínicos, 02 (duas) assistentes sociais, 02 (duas) psicólogas, 02 (dois) enfermeiros do trabalho, 03 (três) técnicos de segurança do trabalho, 01 (um) nutricionista, 03 (três) técnicos de

Dentre as ações desenvolvidas pelo assistente social neste espaço sócio-ocupacional, destacam-se: o acolhimento, a atualização e o acompanhamento da evolução do prontuário do trabalhador, inclusive aquele que se encontra de afastado por motivo de doença e em benefício previdenciário, além das visitas domiciliares que são realizadas, a partir das queixas apresentadas pelos trabalhadores. Estas ações também são desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar e, diferentemente, da situação analisada anteriormente, constatou-se que há certa clareza quanto às especificidades do Serviço Social na equipe.

Observou-se, então, uma preocupação quanto à sistematização dos conhecimentos produzidos pela prática profissional do assistente social e pela equipe como um todo. Notou-se em alguns depoimentos dos assistentes sociais pesquisados, a importância dada ao registro da referida prática, à medida que qualifica, dá transparência e legitima o trabalho desses profissionais na organização. Assim, o fato de se ter quantificado o número dos atendimentos e encaminhamentos realizados, além de responder aos dispositivos legais, proporciona capacidade de argumentação acerca da relevância do trabalho realizado.

A3 – Empresa de capital privado 1: atua na cidade de Belém-Pará, há mais de 20 anos, na área da construção civil que é um ramo de produção que apresenta consideráveis riscos à saúde e à segurança do trabalhador. Apesar disso, as pesquisadas informaram que existe certa resistência quanto ao investimento em saúde e segurança do trabalho, por parte das chefias, hierarquicamente, superiores da empresa. Conta apenas com 01 (uma) assistente social lotada no setor de recursos humanos, a qual relatou: “aqui o Serviço Social faz de tudo um pouco”, ou

enfermagem e 01 (uma) terapeuta ocupacional (atual gerente da saúde ocupacional). Esta equipe atende os empregados do hospital e toda a demanda referente à gestão e ao controle do trabalho da política de saúde do trabalhador, principalmente, no que se refere à segurança e saúde do trabalho.

seja, é polivalente. Sua ação profissional é desenvolvida em conjunto com administradores e psicólogos, a exemplo, recrutamento e seleção de pessoal das mais diversas áreas para trabalharem na empresa. Presta apoio ao setor de saúde e segurança no trabalho, realizando diagnósticos sobre as condições de trabalho nos canteiros de obras, bem como, efetua acompanhamento do pessoal afastado do trabalho por doenças causadas pelo trabalho e/ou acidente de trabalho.

Além disso, esse profissional realiza atendimentos individuais aos trabalhadores que apresentam “desajustes” no desempenho do seu trabalho e, por esta razão, são encaminhados pelo gerente ou engenheiro ao Serviço Social, assim como, o mesmo desempenha função de gestão integrada da empresa, cabendo-lhe, neste caso a atribuição de desenvolver ações voltadas para a certificação internacional da empresa em qualidade dos serviços, a ISO 9001. Com efeito, deduz-se que as ações desenvolvidas pelo assistente social nessa empresa apresentam uma tendência à responder as “novas e velhas demandas” postas para o Serviço Social na área do trabalho, o quê certamente, responde aos interesses das empresas visando a acumulação de capital.

Cabe registrar também que a assistente social pesquisada expressou estar sobrecarregada de trabalho devido à diversidade de atribuições e às demandas relacionadas aos processos de trabalho, nos quais se encontra envolvida, além das inúmeras requisições “espontâneas” apresentadas pelas gerências, as quais, em sua maioria exigem atendimento imediato. Constata-se, assim, que há uma intensificação do trabalho do assistente social que se apresenta ainda mais emblemática no contexto da reestruturação produtiva.

Esta empresa conta em seu quadro funcional, com um efetivo em torno de hum mil empregados, com uma rotatividade própria ao seu ramo de atividade (construção civil) e, mesmo assim, possui somente uma assistente social em seu quadro funcional. Destaca-se a precária infra-estrutura do espaço onde mesma exerce suas atividades profissionais.

A4 – Empresa de capital privado 2: desenvolve serviços no ramo elétrico, em âmbito estadual. Conta em seu quadro funcional com apenas com 01 (uma) assistente social, a qual se encontra lotada na sede da empresa localizada em Belém, capital do estado do Pará, mas também realiza constantes viagens às cidades do interior para prestar atendimentos aos trabalhadores em situações de emergência. Hoje, trabalha na área de benefícios sociais, vinculado ao Departamento de Gestão de Pessoal da empresa. Essa área é gerenciada por um administrador, a qual dispõe de 01(um) assistente social, 02 (dois) auxiliares administrativos e 02 (duas) estagiárias de Serviço Social.

Dessa forma, o Serviço Social é responsável pela coordenação e execução da “CARTELA” de benefícios que a empresa oferece aos seus empregados e dependentes, tais como: plano de saúde, programa de atenção ao empregado afastado, atendimento em situação de emergência, ginástica laboral, além de realizar atendimento social individualizado e encaminhamentos, a partir das demandas detectadas.

Preocupante nessa organização é a sobrecarga de trabalho a que o profissional de Serviço Social e os demais trabalhadores estão submetidos. Trabalha 40 horas semanais, pois o pedido de redução para 30hs⁵ foi negado, sem contar com as horas extras que não podem registradas; esta é uma política usual da empresa (sic). Segundo a pesquisada, as horas extras se justificam pelo fato de que “não dá conta de atender a todas as demandas no seu horário e às vezes acaba precisando ficar mais tempo”. Em que pese as condições de exploração do trabalho via a intensificação, a qual a pesquisada é submetida, a mesma expressou satisfação com a remuneração que percebe na empresa e afirmou: “valia a pena o esforço”, pois o trabalho que realiza tem tido repercussão na empresa e muitas demandas surgem em função da confiança

⁵ A lei nº 12.317 de 26 de agosto de 2010 assegura 30 horas semanais para os assistentes sociais, vedada a redução de salário. www.cfess.org.br/noticias acessado em 28 de novembro de 2011.

que tem sido depositada no seu trabalho, tanto da parte dos empregados como dos gerentes, portanto, “recusar as demandas significa “fechar algumas portas importantes para o Serviço Social”.

Contudo, essa confiança tem se realizado com base na exploração do trabalho desse profissional e das estagiárias de Serviço Social, que trabalham 30 (trinta) horas semanais, embora compensem com “folgas”. Esta situação parece se constituir uma estratégia para garantir mão-de-obra mais barata capaz de dar conta de alguns serviços burocráticos ou administrativos que deveriam ser realizados por profissionais.

A5 – Empresa de capital misto: faz parte de um grupo nacional que possui administrações regionais. A cidade de Belém-Pará é a sede da região Norte, onde o Serviço Social é composto por 02 (duas) profissionais que cumprem uma jornada de 30 (trinta) horas semanais, as quais dão suporte às unidades da empresa no interior do estado. O Serviço Social encontra-se vinculado ao Serviço de Saúde Ocupacional – SSO da empresa que consta de médicos, nutricionistas, enfermeiros e respectivos estagiários. As ações desenvolvidas pelo Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional são:

- Elaboração do Plano de Autogestão da Assistência Interdisciplinar em saúde;
- Acompanhamento e análise técnica dos serviços credenciados e dos tratamentos de psicologia, fonoaudiologia, etc;
- Execução de Programas de tratamento da dependência química – inserido na assistência multidisciplinar de saúde;
- Plantão social – atendimento das emergências – em nível corporativo;
- Formula e executa Programa de Qualidade de Vida no Trabalho - QVT (Academia na empresa, Pilates, Yoga, Dança de Salão; Projeto Gente Sadia/Ação Saúde; Ginástica Laboral; Massagem; Envolvimento do Serviço

Social em ações externas: corridas, caminhadas, projetos do Serviço Social da Indústria- SESI);

- Participa da avaliação ergonômica e do Comitê de Ergonomia que é de responsabilidade da coordenação da SSO;
- Participa do Projeto voltado para o controle de peso e reeducação alimentar; Projeto *antistress* (QVT); Controle das doenças prevalentes;
- Participa do Projeto “Condicionamento físico dos operadores de linha”.

Segundo a assistente social pesquisada, o Serviço Social desenvolve ações específicas que estão sob a sua inteira responsabilidade, quais sejam:

- Pesquisa sobre o Clima Organizacional Corporativo;
- Avaliação de desempenho corporativo;
- Assessoria aos gerentes (avaliação de desempenho dos trabalhadores; defini os treinamentos a partir das habilidades e competências; definição dos méritos);
- Pesquisa sobre qualidade de vida e *stress* – corporativo (Moradia, hábitos de vida, estilo de vida, alimentação, família, segurança, transporte. O resultado da pesquisa identifica situações individuais dos trabalhadores e subsidia as ações do PQVT;
- Programa de Preparo para a Aposentadoria – PPA.

Esta empresa possui certificações internacionais e ações que o Serviço Social desenvolve constam no *portifólio* das certificações. Isso implica um envolvimento das assistentes sociais na difusão da cultura de gestão adotada pela empresa, gerando uma relação próxima com os gerentes de setores, o que propicia apoio dos mesmos no que se refere ao acompanhamento de indicadores de gestão e de desenvolvimento de atividades junto à força de trabalho, visando o comprometimento das mesmas com as metas gerenciais e de equipe.

Isto posto, pode-se inferir que essas ações vêm atendendo às exigências das empresas e organizações pesquisadas,

distanciando de uma formação profissional generalista do assistente social e se limitando às informações técnicas, “muitas vezes a-crítica amparadas em matrizes teóricas de outras áreas de conhecimento” (AMARAL e CESAR, 2009: p.424). Esta situação torna-se mais difícil pelo fato de que, a maioria dos assistentes sociais possui contratos temporários (terceirizadas), reduzindo a capacidade de se contrapor e propor outras ações para as políticas sociais e se apropriar do espaço contraditório que é a particularidade do serviço social na área do trabalho, extrapolando o âmbito da capacidade de intervir na administração das necessidades humanas que interferem no desempenho profissional dos trabalhadores.

A6 – Banco Estatal: atualmente, conta com 02 (dois) assistentes sociais em seu quadro de funcionários, os quais são concursados para trabalharem na capital do estado do Pará e darem suporte ao atendimento dos trabalhadores das agências localizadas no interior do referido estado, sobretudo, em situações contingenciais. O Serviço Social neste banco encontra-se, hierarquicamente, situado na gerência de recursos humanos e compõe a equipe do Serviço de Saúde e Medicina do Trabalho - SESMT, composta por engenheiros, técnicos de segurança, médicos, enfermeiros do trabalho e o pessoal técnico-administrativo do setor. Destaca-se que é, relativamente, recente a criação do cargo de assistente social no mencionado banco, datando de 2005/2006.

O trabalho do assistente nessa organização está voltado para a realização de atendimentos sociais individualizados aos trabalhadores, através de demandas espontâneas ou encaminhados pelas gerências. Os mais recorrentes segundo relato de um dos assistentes sociais pesquisados, referem-se à insatisfação do empregado quanto à política de cargos e salários da empresa, às relações de trabalho que muitas vezes são autoritárias (entre gerentes e equipe), o que gera mal estar para alguns empregados, inclusive adoecimentos por tensão emocional

excessiva. Além disso, o profissional de Serviço Social acompanha os trabalhadores afastados do trabalho por motivo de doenças e realiza ações de caráter preventivo e corretivo na área de saúde e segurança do trabalho. Segundo o assistente social pesquisado, figura ainda como questão recorrente o assédio moral, que para Hirigoyen apud Heloani (2004, p. 4)

está ligado a qualquer conduta abusiva em relação a uma pessoa (seja por comportamentos, palavras, atos, gestos ou escritas) que possa acarretar um dano à sua personalidade à sua dignidade ou mesmo à sua integridade física ou psíquica, podendo acarretar inclusive perda de emprego ou degradação do ambiente de trabalho em que a vítima está inserida.

Chama atenção nesta organização, a estrutura física da gestão de RH dessa organização. Segundo relato da referida assistente social, sob o argumento de promover uma maior interação entre as equipes de trabalho, o *layout* do RH é um grande *hall* que abriga no seu centro as salas dos gerentes, com divisórias de vidro e nas periferias as mesas organizadas lado a lado e de acordo com cada equipe, o quê seguramente possibilita um maior controle da força de trabalho. Questionado sobre esse *layout*, o assistente social demonstrou ter consciência da condição de precariedade no trabalho à que está submetida e considerou que, esta situação se constitui uma das lutas políticas nesse contexto organizacional, a exemplo de outra como uma maior autonomia para o desenvolvimento do seu trabalho. É importante mencionar que a referida pesquisada demonstrou análise crítica sobre os dilemas que vivencia o assistente social no contexto organizacional, uma vez que se encontra numa posição de (inter) mediação entre os interesses do empregador e dos empregados, contribuindo para a legitimidade em ambos os lados.

O depoimento da mencionada pesquisada expressa que o serviço social ao contribuir para a extração da mais – valia dos donos dos meios de produção parece ter o seu trabalho legitimado

no espaço contraditório que é o do Serviço Social na área do trabalho.

Considerações finais

As reflexões e análises realizadas neste artigo permitiram a constatação de que o processo de reestruturação produtiva do capital, desencadeado como resposta à crise capitalista internacional dos anos 1970 e 1980 é um movimento que visa à recriação das bases de valorização e dominação ideológica do capital e conduz ao desenvolvimento de estratégias das bases que reordenam as forças produtivas e atualizam as práticas organizativas das classes, conforme se refere Mandel apud Amaral e Cesar (2009).

Assim, esse processo implica em profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a partir dos anos 1990 no Brasil, que afetam diretamente o conjunto da vida social, mediadas pela inserção subalterna do Brasil no sistema capitalista mundial e pelas particularidades de sua formação de econômica, política e social. Nesse sentido, o Serviço Social que possuía uma tradição no gerenciamento das políticas (benefícios sociais) voltados para reprodução social dos trabalhadores e seus familiares, passou a ser requisitado para responder às novas demandas para as políticas sociais, exigindo novas habilidades, competências e respostas do assistente social nessa área, visto que as empresas privadas e organizações, em geral, passaram a adotar novas formas de gestão do trabalho, com inflexões na gestão da organização e do processo de trabalho, a exemplo, os critérios de avaliação de desempenho e as ações voltadas para o cumprimento das metas gerenciais e de equipes de trabalho.

Com efeito, as respostas dadas pelos assistentes sociais pesquisadas às exigências das empresas e organizações, tendem a distanciarem-se de uma formação profissional do assistente social generalista, se limitando às informações técnicas, “muitas vezes a-crítica amparadas em matrizes teóricas de outras áreas de

conhecimento” (AMARAL e CESAR, 2009: p.424). Esta situação torna-se mais difícil pelo fato de que, a maioria dos assistentes sociais possui contratos temporários (terceirizadas), o que reduz a capacidade de se contrapor e propor outras ações para as políticas sociais e se apropriar do espaço contraditório que é a particularidade do serviço social na área do trabalho, extrapolando o âmbito da capacidade de intervir na administração das necessidades humanas que interferem no desempenho profissional dos trabalhadores, porém, baseadas em um conteúdo político-ideológico sob o domínio do capital ou do poder governamental que está a serviço deste. Além disso, esses profissionais vêm se submetendo cada vez mais a condições precárias de trabalho através da intensificação do trabalho via a polivalência - em geral, confundida com ações interdisciplinares e da reduzida autonomia de suas ações, mesclando-se “novas e velhas” demandas profissionais.

Referências

AMARAL, Angela Santana; CESAR, Mônica. O Trabalho do Assistente Social nas empresas capitalistas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 3ª Ed., 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social**. Brasília: Secretaria de Educação Superior, 2002.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação Industrial: requisições, competências e condições de trabalho

profissional. In: MOTA, Ana Elizabete. **A nova Fábrica de Consensos**. São Paulo: Cortez editora, 1998.

FONTOURA, Amaral. **Introdução do Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1949.

FREIRE, Lúcia M. B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **As relações de trabalho no capitalismo avançado**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____ ; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. O Dilema das Políticas Públicas na Amazônia Brasileira e a Particularidade no Estado do Pará. In: GIUSEPPE, Cocco *et al* (orgs.). **Gestão local e políticas públicas na Amazônia**. Rio de Janeiro. E- Papers, 2007.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. **Capacitação em serviço social e políticas sociais**. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, CEAD, 2002.

HELOANI, José Roberto Montes. Assédio Moral – um ensaio sobre a expropriação da dignidade do Trabalho. **RAE-eletrônica**. v. 3, n. 1, jan./jun, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a12.pdf>. Acesso em: 22/11/2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. **O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa.** São Paulo: Cortez, 2ª Ed. 1987.

NETO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.

Serviço Social & Sociedade. n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

RAICHELIS, Raquel. O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, n. 107. P. 420-437, jul/set.2011.

RICO, Elizabete de MELO. **Teoria do Serviço Social da empresa: objetos e objetivos.** São Paulo, Cortez, 1982.

www.cefess.org.br/noticias acessado em 28 de novembro de 2011.

Recebido em 04/07/2011

e aceito em 22/08/2011

Title: *Social service in the work area and productive restructuring: the specific case of Belém-Pará*

Abstract: *This paper aims to analyze the changes in the types of work management in private companies and public organizations caused by the productive restructuring process. These changes require that new social policies be attentive to workers' social reproduction as well as to the achievement of production goals and work results. It is noteworthy that these changes have some impacts on social workers' reaction to the new requests that have arisen in social-occupational spaces. Those answers, in general polyvalent, lead to a practice based on technical information that tends to get farther from generalist training by the social worker.*

Keywords: *Social Service; work; productive restructuring; social policies.*

